



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 32/2021

Maceió, 11 de JUNH de 2021

Asssembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 930/2021

Data: 14/06/2021 - Horário: 10:44

Legislativo

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à consideração dessa Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei Complementar que *“Altera as Leis Complementares Estaduais nºs 44, de 13 de junho de 2017, e 52, de 30 de dezembro de 2019, para instituir o benefício especial para os servidores anteriores à criação do Regime de Previdência Complementar e autoriza a ALAGOAS PREVIDÊNCIA aos fins que menciona, e dá outras providências”*.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, impôs-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a instituição do Regime Previdenciário Complementar – RPC.

No que concerne ao Estado de Alagoas, o Regime de Previdência foi instituído por meio da Lei Complementar Estadual nº 44, de 13 de junho de 2017, aos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado, suas autarquias e fundações, inclusive aos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Do mesmo modo, foi fixado o teto do Regime Geral de Previdência Social às aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência do Servidor, conforme o disposto no art. 40 da Carta Magna.

Neste tocante o presente Projeto de Lei Complementar objetiva propor uma política de incentivo aos membros e titulares de cargo efetivo no Estado de Alagoas para estimular a mudança do regime de cálculo de seu benefício previdenciário, com característica compensatória e não previdenciária, e para fortalecer o equilíbrio atuarial o que colaborará com a solidez fiscal do Estado.

Assim, será assegurado aos servidores e membros de Poder abrangidos o direito a um Benefício Especial, de caráter estatutário e compensatório, calculado com base nas contribuições previdenciárias estritamente da parte do servidor que foram descontadas sobre o que excede o teto do Regime Geral de Previdência Social, devidamente atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O valor do benefício especial será pago pelo Estado de Alagoas à Entidade Fechada de Previdência Complementar – ALPREVCOM, em conta individual de cada participante, em parcelas mensais, com o mesmo prazo de meses em que houve contribuições, ou até a sua aposentadoria concedida pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS/AL, o que vier primeiro, atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES

Rua Cincinato Pinto s/n - Centro - Maceió/AL - CEP 57020-050

Tel: 0** 82 3315-2000 - FAX: 0** 82 3315-2010



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

NESTA

Outro ponto do Projeto é a possibilidade de os municípios do Estado de Alagoas aderirem ao Plano de Benefícios da Entidade Fechada – ALPREVCOM. A Emenda Constitucional nº 103, de 2019, fixou o prazo de até 13 de novembro de 2021 para a instituição da previdência complementar municipal.

Dessa forma, para cumprir a determinação constitucional, os municípios dispõem de três opções: 1) aderir a um plano existente; 2) criar um plano novo em entidade já existente; ou 3) criar uma nova entidade.

A Fundação – ALPREVCOM já está em funcionamento e pode oferecer Planos de Benefícios para os municípios alagoanos, mormente àqueles sem nenhuma viabilidade para criar uma Entidade com toda uma estrutura exigida pela legislação pertinente à previdência complementar.

Também propomos abrir um prazo maior para que os servidores que ingressaram antes do funcionamento da previdência complementar possam optar pelo Benefício Especial ora proposto, para que o Estado possa ter previsibilidade do impacto financeiro desta medida, bem como que, os ocupantes de cargo em comissão também possam aderir a nossa previdência complementar.

Tais medida com certeza vão fazer com que nossa Entidade de previdência complementar consiga antecipar o seu ponto de equilíbrio, chamado *break-even point*, dando maior segurança aos seus participantes.

Nada mais justo do que aproveitar todos os resultados da reforma, como por exemplo, os recadastramentos, a melhoria das bases cadastrais, auditorias nos benefícios já concedidos e a conceder, adequação às melhores práticas de gestão previdenciária e a própria reforma previdência com a Lei Complementar Estadual nº 52, de 30 de dezembro de 2019, para propor algumas mudanças no Regime Próprio de Previdência Social – RPPS/AL.

Todas as medidas facultativas possuem um cunho técnico-atuarial que traz consigo relevante impacto atuarial, uma vez que altera o recebimento das receitas de contribuições do plano de benefícios ou altera as regras dos benefícios, impactando em uma redistribuição das obrigações previdenciárias desse plano.

Propõe-se ainda que os servidores aposentados e pensionistas passem a contribuir, mensalmente, com o percentual de 14% (catorze por cento) a incidir sobre a parcela dos proventos ou pensão que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, e não mais sobre o salário mínimo.

Reconhece-se para tanto que, com a melhoria da capacidade financeira e atuarial alcançada até aqui, é possível, garantido o equilíbrio fiscal, adotar tal mudança como maneira de ampliar a renda disponível aos aposentados e pensionistas do Estado, o que certamente colaborará para o bom funcionamento da economia alagoana.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Por fim, solicito que a apreciação da propositura ocorra em **caráter de urgência**, nos termos do *caput* do art. 88 da Constituição Estadual.

Na certeza de contar com a valiosa atenção de Vossa Excelência e vossos dignos Pares para a aprovação do Projeto de Lei em questão, aproveito o ensejo para renovar protestos de consideração e apreço.

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº /2021

ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44, DE 13 DE JUNHO DE 2017 E 52, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA INSTITUIR O BENEFÍCIO ESPECIAL PARA OS SERVIDORES ANTERIORES À CRIAÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E AUTORIZAR A ALAGOAS PREVIDÊNCIA AOS FINS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1º Os dispositivos adiante indicados da Lei Complementar Estadual nº 44, de 13 de junho de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

I – o inciso II, do art. 2º:

“Art. 2º Para efeitos desta Lei, considera-se:

(...)

II – Patrocinador: quaisquer dos Entes, Órgãos ou Poderes do Estado de Alagoas, dos Municípios do Estado de Alagoas e demais Entes da Federação que venham a firmar convênio com a Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas;

(...)” (NR)

II – o § 3º, do art. 4º:

“Art. 4º O Regime de Previdência Complementar, com a respectiva aplicação dos Regulamentos dos Planos de Benefícios, será instituído a partir da data da publicação da autorização de seu funcionamento pelo órgão federal de fiscalização e supervisão das entidades fechadas de previdência complementar e abrange:

(...)

§ 3º A opção de que trata o inciso II do *caput* deste artigo é irretratável e irrevogável e poderá ser exercida a qualquer tempo.

(...)” (NR)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

III – o § 3º, do art. 13:

“Art. 13. Fica o Estado de Alagoas autorizado a criar Entidade Fechada de previdência complementar única, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário nos termos da Lei Complementar Federal nº 108, de 2001, e da Lei Complementar Federal nº 109, de 2001.

(...)

§ 3º Os Municípios do Estado de Alagoas, ou outros Entes Federativos, poderão, desde que autorizados pelas respectivas leis que instituem Regime de Previdência Complementar para os seus servidores, firmar convênio de adesão com a entidade fechada a que se refere o § 1º deste artigo, hipótese em que será facultada aos membros de Poder e servidores da Administração Direta, Autarquias e Fundações, a participação em plano de benefícios na modalidade contribuição definida, mediante aprovação do órgão regulador do sistema e também do Conselho Deliberativo da entidade fechada de previdência complementar.

(...)” (NR)

IV – o art. 14:

“Art. 14. A chefia do assessoramento jurídico da entidade será exercida, preferencialmente, por Procurador do Estado de Alagoas.” (NR)

Art. 2º A Lei Complementar Estadual nº 44, de 2017, passa a vigorar acrescida dos dispositivos adiante indicados, com a seguinte redação:

I – o inciso XIV, ao art. 2º:

“Art. 2º Para efeitos desta Lei, considera-se:

(...)

XIV – Participante Ativo Facultativo: Pessoa física vinculada ao Patrocinador, seja na qualidade de servidor efetivo ou comissionado, ou a esses equiparados, que adere ao Plano, nos termos e condições previstas no Regulamento, sem direito a contrapartida de contribuição do Patrocinador.” (AC)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

II – o art. 5º-A:

“Art. 5º-A. É assegurado aos servidores e membros de Poder abrangidos na hipótese do inciso II, do art. 4º desta Lei, o direito a um Benefício Especial, de caráter estatutário e compensatório, calculado com base nas contribuições previdenciárias estritamente da parte do servidor que foram descontadas sobre o que excede o teto do Regime Geral de Previdência Social, devidamente atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

§ 1º O valor do benefício especial de que trata o *caput* deste artigo, será pago pelo Estado de Alagoas à Entidade Fechada de Previdência Complementar – ALPREVCOM, em conta individual de cada participante, em parcelas mensais com o mesmo prazo de meses em que houveram contribuições ou até a sua aposentadoria concedida pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS/AL, o que vier primeiro, atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

§ 2º O servidor tem um prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação da Lei Complementar que instituiu o Benefício Especial por meio do *caput* deste artigo, para optar pelo referido Benefício Especial de que trata o *caput* deste artigo, devendo declarar expressamente a sua renúncia a qualquer outra contrapartida referente ao valor dos descontos já efetuados sobre a base de contribuição acima do limite previsto no *caput* do art. 5º da Lei Complementar Estadual nº 44, de 2017.

§ 3º A contribuição estritamente do servidor a outros regimes de previdência deve ser somada ao cálculo de que trata o *caput* deste artigo, em razão da compensação previdenciária constante do § 9º do art. 201 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 9796, de 5 de maio de 1999.” (AC)

Art. 3º Para atender às despesas decorrentes da execução desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a aportar recursos adicionais, inclusive na forma de subvenção econômica, para cobrir as despesas administrativas da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas – ALPRECOMP, enquanto as taxas de administração e carregamento fixadas nos regulamentos ou nos respectivos planos de custeio dos benefícios previdenciários não forem suficientes para supri-las.

Parágrafo único. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir créditos adicionais para o atendimento das despesas referidas no *caput* deste artigo, até o limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Art. 4º Os valores repassados pelo Poder Executivo à Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas, nos anos de 2019 e 2020, conforme o art. 18 da Lei Complementar Estadual nº 44, de 2017, serão contabilizados como subvenção econômica.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, autorizado a baixar o crédito no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) repassados à Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas a título de adiantamento de contribuição.

Art. 5º Os dispositivos adiante indicados da Lei Complementar Estadual nº 52, de 30 de dezembro de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

I – o inciso II, do art. 14:

“Art. 14. As contribuições previdenciárias dos segurados ativos, aposentados e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público do Estado de Alagoas – MPE/AL, do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas – TCE/AL e da Defensoria Pública do Estado de Alagoas – DPE/AL, Autarquias e Fundações, atendendo ao que determina o § 1º do art. 149 da Constituição Federal, relativamente ao RPPS/AL, vertidas em favor da ALAGOAS PREVIDÊNCIA, serão realizadas da seguinte forma:

(...)

II – os servidores aposentados e pensionistas contribuirão, mensalmente, com o percentual de 14% (catorze por cento) a incidir sobre a parcela dos proventos ou pensão que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal.” (NR)

II – o art. 30:

“Art. 30. A pensão por morte concedida a dependente de segurado do RPPS/AL, passa a ser equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor dos proventos da aposentadoria recebida na data do óbito ou do valor da totalidade da remuneração do servidor em atividade no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, mais 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, acrescida de cotas de 10% (dez por cento) por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), sendo, no caso do dependente menor de 18 (dezoito) anos, a cota será de 20% (vinte por cento).” (NR)

Art. 6º A ALAGOAS PREVIDÊNCIA fica autorizada a proceder com a revisão da segregação de massa dos Fundos de Natureza Previdenciária, desde que atenda, além dos requisitos estabelecidos pela União, na forma do inciso II, do art. 9º, da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, os seguintes requisitos:



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

I – apresente estudo técnico que compare a atual situação do RPPS com o cenário decorrente da alteração proposta, demonstrando:

a) a repercussão na solvência e liquidez do plano de benefícios diante da modificação dos parâmetros da segregação de massa e da destinação dos recursos garantidores entre os fundos;

b) a manutenção de nível de acumulação de reservas compatível com as obrigações futuras do fundo em capitalização;

c) que as medidas previstas na proposta de revisão contribuam para a capacidade fiscal do Ente Federativo sem inviabilizar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, considerados todos os fundos, respectivas massas de segurados, recursos acumulados e bens, direitos e demais ativos que lhes serão vinculados;

d) a adequação das hipóteses e premissas utilizadas na avaliação atuarial às características da massa de beneficiários do RPPS por meio do Relatório de Avaliação Atuarial; e

e) a apuração dos valores das provisões matemáticas relativas aos fundos com os mesmos regimes financeiros, método de financiamento e hipóteses, compatíveis com as avaliações atuariais anteriores.

II – as últimas 3 (três) avaliações atuariais do Fundo em Capitalização apresentem resultado superavitário, sem considerar eventual valor atual do plano de equacionamento de déficit;

III – manutenção dos recursos financeiros do Fundo em Capitalização suficientes para a cobertura dos valores das provisões matemáticas da massa de beneficiários que nele permanecerão, acrescidos de margem para revisão de segregação de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dessas provisões; e

IV – seja aprovada, previamente, pelo Órgão Regulador Federal e pelo Conselho Deliberativo da ALAGOAS PREVIDÊNCIA, e publicada em ato normativo a relação dos beneficiários que serão transferidos.

Art. 7º A Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, a ALAGOAS PREVIDÊNCIA e a Entidade Fechada de Previdência Complementar do Estado de Alagoas, adotarão todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento desta Lei Complementar.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.